

IDEIAS EM PROL DA INTELIGÊNCIA BRASILEIRA

George Pereira SANTA ROSA - Maj Inf
Chefe da Divisão de Ensino - EASA

UMA CONVERSA INICIAL

A respeito das chamadas ciências humanas, é lamentável verificar na atual conjuntura da educação parco conhecimento, total ignorância ou mesmo preconceito infundado, acerca de historiadores, filósofos, sociólogos e economistas dotados de notável erudição que são secundarizados propositalmente pela medíocre inteligência tupiniquim, seja por parte dos discentes (o que é aceitável, dependendo do nível de escolaridade considerado), seja por parte dos docentes.

Na esteira de tal raciocínio e diante de um quadro perigoso oriundo do gradativo processo desconstrucionista da civilização ocidental marcado pela inversão cognitiva associada à concomitante inversão de ordem axiológica, urge evocar tais estudiosos a favor do advento de horizontes mais salutares, de maneira a propiciar o descortinamento de ideias imunes ao asfixiante discurso monocórdico em voga nos meios acadêmicos.

Correlato ao exposto, o presente artigo tem por objetivo precípua trazer à tona reflexões voltadas para a realidade contemporânea que fomentem profícuas e arejadas discussões no interior da sala de aula contrárias à rotulação mental imposta pelo nefando “politicamente correto”. Nesse sentido, houve-se por bem selecionar tópicos atinentes ao repertório epistemo-

lógico de determinados intelectuais não vinculados a ideologismos. Dessa forma, serão abordados, em ordem alfabética, os seguintes nomes: Alexis de Tocqueville, Edmund Burke e Eric Voegelin.

ALEXIS DE TOCQUEVILLE

Quando se fala sobre o nascimento do pensamento sociológico em virtude das profundas mudanças geradas pela Revolução Francesa e Revolução Industrial, os livros didáticos procuram levar o aluno ao conhecimento dos chamados “clássicos” da Sociologia, normalmente nesta sequência: Comte, Durkheim, Marx e Weber.

Não obstante a relevância dos citados autores para o afloramento crítico do discente, verifica-se um nítido descaso no tocante à genialidade do francês Alexis de Tocqueville, na medida em que se destaca nele, dentre outros temas, sua análise arguta e equilibrada acerca das nuances democráticas inerentes aos Estados Unidos da América da primeira metade do século XIX que, de maneira irrefutável, influenciariam a civilização ocidental como imprescindíveis contrapontos às nocivas ideologias propaladas no conturbado século XX. Para isso serão abordados aqui dois pontos tocquevilleanos, a saber: os instintos da democracia e a doutrina do interesse bem compreendido.

A respeito dos aspectos instintivos, o eminente intelectual, longe de se prender a elogios, considera o caráter prático da

sociedade norte-americana e, com isso, não se deixa levar pelo “canto da sereia” oriundo da utópica visão igualitária predominante em muitos países europeus, em particular na França. Assim sendo, Tocqueville não vê nos Estados Unidos um modelo democrático perfeito, porém, no mínimo, o considera superior em audácia e simplicidade comparativamente às paixões revolucionárias europeias. Nesse escopo, ele expõe a verdadeira faceta da igualdade, consoante uma coerente acepção moderna e ocidental desse termo que os doutrinadores libertários procuram esquivar-se e esconder dos mais incautos. Em outras palavras:

[...] Não se deve dissimular que as instituições democráticas desenvolvem em altíssimo grau o sentimento de inveja no coração humano. Não é tanto porque elas fornecem a cada um meios de se igualar aos outros, mas porque esses meios fracassam sem cessar para os que os empregam. As instituições democráticas despertam e afofagam a paixão da igualdade sem nunca poder satisfazê-la inteiramente. Essa igualdade completa escapa todos os dias das mãos do povo no momento em que ele pensa agarrá-la, e foge, como diz Pascal, uma fuga eterna; o povo se inflama em busca desse bem tanto mais precioso por estar perto o bastante para ser conhecido, longe o bastante para não ser provado [...] (TOCQUEVILLE, 1998, p. 231 e 232).

Tal realidade também pode ser compreendida de acordo com o segundo tópico, ou seja, a denominada doutrina do interesse bem compreendido que, uma vez evocando Montaigne, pode ser conceituada como o ato de seguir um caminho reto que, baseado na experiência, se constitui no mais útil e feliz para o corpo social (sem apelar para exacerbações originárias de utilitarismos materialistas ou escatologias fomentadoras de um paraíso terrenalizado). Ao raciocinar em cima desta teoria geral, o homem norte-americano percebe com nitidez cristalina resultados práticos que podem ser resumidos conforme segue:

[...] é uma doutrina pouco elevada, mas clara e segura. Não procura alcançar grandes objetivos, mas atinge sem grandes esforços aos que visa. Como está ao alcance de todas as inteligências, todos a captam facilmente e a retêm sem problemas [...] não

produz grandes devoções, mas sugere todos os dias pequenos sacrifícios; ela sozinha não seria capaz de fazer virtuoso um homem, mas forma uma multidão de cidadãos regrados, temperantes, moderados, previdentes, senhores de si [...] as virtudes extraordinárias seriam sem dúvida mais raras. Mas penso também que, então, as grosseiras depravações seriam menos comuns [...] me parece, de todas as teorias filosóficas, a mais apropriada às necessidades dos homens de nosso tempo e que vejo nela a mais poderosa garantia que lhes resta contra si mesmos [...] (TOCQUEVILLE, 2000, p. 149).

EDMUND BURKE

Ao publicar em novembro de 1790 sua célebre obra Reflexões sobre a Revolução na França, Edmund Burke se apresenta não somente como mero expectador do processo revolucionário francês. Assim sendo, o aludido autor inaugura o conservadorismo político que, além de trazer à tona uma contundente crítica historiográfica a um assunto de tamanha magnitude, alerta para o advento de posturas totalitárias disfarçadas de eflúvios democrático-libertários. Dessa forma, ao abordar o Estado como entidade abstrata, Burke mostra em “cores vivas” que o mesmo não tem o direito de regular ao seu bel prazer o cidadão. Dito isso, cabe salientar que o eminente filósofo aborda vários pontos significativos que não são estranhos aos tempos hodiernos.

Em primeiro lugar, o Estado, na medida em que favorece o presente, não pode deixar no ostracismo os pilares oriundos do passado nem tão pouco lidar o futuro como um mero exercício probabilístico. Isso é perfeitamente compreensível, uma vez que a história sempre será a história das pessoas e, num sentido mais estrito, da figura do cidadão dotado de autonomia que emerge das gerações pretéritas e, ao mesmo tempo, prenuncia as vindouras. Em linhas gerais:

[...] O Estado é uma associação que participa de todas as ciências, todas as artes, todas as virtudes e todas as per-

feições. Como os fins dessa associação não podem ser obtidos em muitas gerações, torna-se uma parceria não só entre os vivos, mas também entre os mortos e os que hão de nascer [...] (BURKE, 2014, p. 115).

Outro aspecto importante a ser levado em conta é a pretensa autoridade estatal no seio da sociedade civil no que diz respeito à propriedade privada. Perante a atual conjuntura em que se advoga a licitude de invasões de terras que, a bem da verdade, escamoteiam interesses escusos ligados a altos escalões do governo, e de fundamental importância que não se perca de vista o salutar individualismo propiciador de direitos inalienáveis do cidadão como, por exemplo, o de adquirir um pedaço de terra mediante seus próprios esforços. Dessa maneira, Burke deixa um recado para a posteridade:

[...] Os professores dos Direitos do Homem ocupam-se tanto em ensinar os outros, que não encontram tempo para aprender alguma coisa; do contrário saberiam que a propriedade dos cidadãos, e não as exigências do credor do Estado, é a primeira e original devoção da sociedade civil. A reivindicação do cidadão é anterior no tempo, suprema no direito e superior em equidade [...] (BURKE, 2014, p. 125).

Por fim, não menos relevante e com uma conexão direta com o primeiro tópico, cabe ressaltar que nenhum estadista pode sentir-se à vontade para manobrar vis interesses por intermédio de “canetaços” que fazem do cidadão uma espécie de ser desprovido de inteligência. Assim sendo, torna-se imperativo que o lídimo estadista, sendo perfeito conhecedor do potencial humano do povo que comanda, seja igualmente conhecedor do paralelismo existente entre mudanças e permanências, conforme abaixo colocado:

[...] Não posso conceber como algum homem possa chegar a ser tão pretensioso a ponto de considerar seu país como nada além de uma tábula rasa onde pu-

desse escrever o que mais lhe aprouvesse [...] Meu tipo ideal de estadista seria aquele que reunisse uma tendência para conservar e uma capacidade para aperfeiçoar. Fora disso, há apenas vulgaridade na concepção e perigos na execução [...] (BURKE, 2014, p. 171 e 172).

ERIC VOEGELIN

Falar sobre a inescusável riqueza da obra voegelianiana significa não negligenciar as análises do insigne filósofo ao sentido que ele dá à restauração da ordem, estando ambas direcionadas ao legado civilizatório do ocidente, seja por intermédio de suas lições mais sublimes, seja pela concretização de indescritíveis monstruosidades.

Como um exemplo emblemático da ordem, é válido voltar os olhos para uma interpretação básica do vasto conhecimento de Voegelin acerca do mundo da pólis, com especial destaque para o posicionamento filosófico de Platão, além de uma breve alusão ao pensamento tomista.

Ao superar as experiências de ordem cósmica (típica dos egípcios) e histórica (típica dos israelitas) sem menoscabá-las, mas antes compartilhando-as segundo as diferenças, a hélade soube atingir o estágio filosófico. Nesse viés, pensar filosoficamente consiste em remontar à valiosa contribuição de precursores como Homero e Hesíodo, os quais proporcionaram um salto experiencial sem o correspondente salto simbólico, uma vez que seus escritos estavam eixados a ideias míticas. Assim sendo, para que se tenha uma real e básica noção sobre isso, basta citar a seguinte passagem, em particular voltada para as obras homéricas:

[...] Homero penetra no âmago do problema etiológico: a desordem social e política são causadas pela desordem da alma. Embora a Homero falte a compreensão mais profunda de Platão e Aristóteles, ele está a par de haver uma parte da alma humana que é orientada para o uno, o bom e o universal. A habilidade de perceber a vida como ela é depende da abertura existencial nesse sentido. De acordo com Voegelin, Homero estava ta-

teando em direção à ideia da psique como o sensorium da transcendência [...] (FEDE-
RICI, 2011, p. 124).

Em se tratando de Platão como coetâneo a uma Atenas corrompida, Voegelin prossegue na sua filosofia da ordem, verificando no eminente filósofo sua priorização do viés ético em detrimento de artificialismos políticos. Percebe-se, assim, a perspicaz visão voegelianas que propicia a ligação daquele contexto vivido pelos habitantes da pólis com a doentia ideologização de massa característica do mundo contemporâneo. Tal problema, seja hoje ou na hélade clássica, desenha os contornos de uma fé metastática, ou seja, a transformação radical do ser e, em consequência disso, da estrutura da realidade. Em síntese, Platão:

[...] escolhe a vida da filosofia porque “compreendeu que a participação na política de Atenas era sem sentido se o propósito da política era o estabelecimento de uma ordem justa”. Platão, como Sócrates, Tucídides e outros reconhecem que o nível de corrupção espiritual em Atenas é muito avançado para fazer da política uma prescrição eficaz [...] (FEDERICI, 2011, p. 127).

Corroborando com o exposto, cabe aqui frisar que o sentido de ordem no tocante à verdade e ao ser, conforme a genialidade de São Tomás de Aquino, se caracteriza pela realização da existência humana direcionada para um fim último e transcendente, a saber, Deus. Nesse contexto filosófico-religioso, vê-se que na função intelectual tomista:

[...] A vontade de ordenamento, sozinha, poderia ter produzido um sistema mais admirável por sua coerência do que pela captação da realidade. A extraordinária receptividade às coisas do mundo poderia ter originado uma enciclopédia. Mas as duas faculdades combinaram-se para criar um sistema que assinala o impulso dinâmico de Deus para o mundo, através da causalidade criadora, e do mundo para Deus, através do desiderium naturale [...] (VOEGELIN, 2012, p. 241 e 242).

Por intermédio da abertura dessa “via de mão de dupla”, São Tomás funde fé e razão num sistema tal que a ordem estabelecida,

longe de tornar fechado o binômio teoria-prática cristão, possibilita o advento de um pensamento movido por uma transcendência voltada para uma autêntica existência na verdade. Diante de tal ótica:

[...] Fé e razão não podem estar em conflito porque o intelecto humano detém a marca do intelecto divino [...] Segue-se que o intelecto humano, embora capaz de errar, chegará a verdades aonde quer que vá [...] (VOEGELIN, 2012, p. 243 e 244).

À GUIA DE UMA INCONCLUSÃO

Trazer à baila ideias que normalmente não aparecem nos distintos níveis de escolaridade é uma tarefa destinada a profissionais comprometidos com a tarefa de educar as futuras gerações sem se amarrar a rótulos ideológicos que, por si mesmos, subestimam a inteligência humana em prol de idiotizações massificadoras inseridas num contexto marcado pela homogeneização de procedimentos que celebram ismos norteados pela manutenção de uma menoridade autoimposta que, conforme o conceito de Kant, diz respeito à insistência de algumas pessoas em permanecer eternamente na condição de tuteladas.

Contrário a tal paradigma, percebe-se nas brevíssimas linhas acima colocadas que algumas contribuições de Tocqueville (instintos da democracia e a doutrina do interesse bem compreendido), Burke (compreensão acerca do papel do Estado e os perigos do totalitarismo) e Voegelin (a concepção de ordem na pólis e segundo a ótica tomista) são alguns exemplos eixados por um irrepreensível senso de honestidade intelectual unido a uma sóbria compreensão da realidade. Ademais, outros pensadores menos privilegiados na seara nacional poderiam aparecer aqui e certamente enriqueceriam este artigo com suas linhas de pensamento isentas de dogmatismos. Assim sendo, deixa-se ao leitor a possibilidade de entrar em contato com outros autores que, ao serem estudados, exalam conhecimento associado à sabedoria. Enfim:

[...] Dificilmente se encontrará algum capítulo vergonhoso na biografia de Pascal, de Leibniz, de Bossuet, de Donato Cortés, de Joseph de Maistre, de John Henry Newman,

de Edmund Burke, de Vladimir Soloviev, de Nikolai Berdiaev, de Alexis de Tocqueville, de Edmund Husserl, de Ludwig von Mises, de Benjamin Disraeli, de Russel Kirk, de Xavier Zubiri, de Louis Lavelle, de Garrigou-Lagrange, de Joseph Maréchal, de Viktor Frankl, Marcel De Corte e de tantos outros. Ao contrário, essas vidas transbordavam de exemplos de grandeza, generosidade, coragem e humildade [...] (CARVALHO, 2013, p.150).

REFERÊNCIAS

BURKE, Edmund. Reflexões sobre a Revolução na França. São Paulo: Edipro, 2014.

CARVALHO, Olavo de. O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. 4ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2013.

FEDERICI, Michael P. Eric Voegelin – a restauração da ordem. São Paulo: É Realizações, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América – Leis e Costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. A democracia na América – Opiniões e Sentimentos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

VOEGELIN, Eric. História das Ideias Políticas – Vol. II - Idade Média até Tomás de Aquino. São Paulo: É Realizações, 2012.

